



1
2 **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**
3 Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental
4
5

6 **MEMÓRIA DA 5^a REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE DA**
7 **CONVENÇÃO DE MINAMATA DA COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA**
8 **QUÍMICA - CONASQ**
9

Data: 10 de fevereiro 2025.

Local: Plataforma Teams (reunião online)

Coordenação da Reunião: Thaianne Resende e Camila Boechat (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA)

10
11 **Objetivo:** O objetivo da reunião foi discutir e avaliar as ações necessárias para cumprir os
12 prazos e regulamentos da Convenção de Minamata, focando na eliminação gradual de
13 produtos contendo mercúrio, controle do comércio de mercúrio, armazenamento seguro de
14 equipamentos, descontaminação de áreas afetadas e uso de isótopos de mercúrio para
15 rastrear fontes de contaminação. Além de trazer atualizações sobre os projetos em
16 andamento

17
18 **1. Abertura**

19 A diretora Thaianne Resende iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os participantes
20 e iniciou uma roda de apresentações para que os novos integrantes pudessem se apresentar. Ela
21 destacou que a reunião seria dinâmica, com o objetivo de discutir e atualizar todos sobre os
22 assuntos relativos ao Mercúrio. Thaianne enfatizou a importância de ter um ponto de controle em
23 relação à temática e mencionou a implementação da Convenção de Minamata no Brasil. Como
24 pontos focais técnicos, os participantes têm a responsabilidade de auxiliar na implementação
25 desse convênio.

26 **2. Aprovação da Pauta**

27 A diretora Thaianne Resende apresentou a pauta da 5^a reunião do GT permanente da Convenção
28 de Minamata mencionando a necessidade de aprovar a ata da quarta reunião e atualizar os
29 participantes sobre diversos projetos. Entre os tópicos abordados estavam o projeto *Medium-Sized*
30 *Project* (MSP), o projeto *Special International Programme* (SIP) relacionado à Convenção de
31 Minamata, e atualizações sobre os projetos *Global Environment Facility* (GEF) de cloro-álcalis e
32 cimenteiras. Thaianne também mencionou a apresentação da nova instrução normativa do Ibama
33 relativa ao Mercúrio (RDC 879/2024) e o inventário de emissões de Mercúrio. Ela destacou que
34 este seria um momento para trocar ideias e verificar os projetos em andamento. Após abrir para
35 considerações e não havendo manifestações, a pauta foi aprovada.

36
37 **3. Aprovação da Ata da 4^a reunião**

38 A diretora Thaianne Resende informou que todos os participantes haviam recebido a ata da quarta
39 reunião. Ela mencionou que não foram recebidas contribuições e, portanto, colocou a ata para
40 aprovação. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi considerada aprovada.

41
42 **4. GEF MSP**

43 Fernanda Romero, da ONU Meio Ambiente (PNUMA), apresentou um descriptivo do projeto GEF
44 MSP para aqueles que não acompanharam a atualização anterior. Ela explicou que o projeto, de
45 tamanho médio, visa a gestão ambientalmente correta do Mercúrio apreendido no Brasil,
46 estabelecendo um sistema para isso e priorizando o gerenciamento das apreensões em operações
47 de mineração artesanal e de pequena escala, além de abordar resíduos de Mercúrio do setor de
48 saúde. O projeto está dividido em cinco componentes: aprimoramento da capacidade nacional
49 para gerenciamento, transporte, armazenamento e disposição final do Mercúrio; estrutura legal,
50 logística e operacional para gestão; alternativas técnicas para disposição final do Mercúrio; gestão
51 de conhecimento, fortalecimento de capacidades e comunicação; e monitoramento e avaliação.
52 Fernanda destacou que o projeto, com um orçamento de 5 milhões de dólares, já tem definida a
53 agência executora, o Instituto Ekos. Atualmente, estão na fase final de reunião das cartas de
54 cofinanciamento e ajustes para submissão ao conselho do GEF. A expectativa é iniciar as
55 contratações e desenvolvimento dos estudos no primeiro quadrimestre de 2025. Fernanda se
56 colocou à disposição para esclarecer dúvidas.

57 Thaianne agradeceu a Fernanda e informou que, com as cartas de financiamento recebidas, o
58 projeto pode avançar. Ela explicou o fluxo interno, mencionando o departamento de fundos e
59 recursos externos na Secretaria Executiva, que já preparou a nota técnica e está aguardando o
60 documento final. Thaianne agradeceu à equipe de coordenação pela rápida avaliação e informou
61 que o documento está no gabinete para ser enviado ao secretário executivo, João Paulo
62 Capobianco, que solicitará a carta de endosso ao Ministério da Fazenda. Ela expressou otimismo
63 de que tudo estará pronto ainda este mês, permitindo o encaminhamento ao GEF. Thaianne
64 destacou a satisfação com o progresso do projeto, que está em desenvolvimento há cerca de dois
65 anos, e acredita que a equipe está fazendo um excelente trabalho.

66 **5. Atualização do Projeto Cloro-álcalis**

67 Fernanda Romero, da ONU Meio Ambiente (PNUMA), apresentou o projeto GEF Cloro-Álcali,
68 destacando seu objetivo de eliminar o uso de Mercúrio em células eletrolíticas nas indústrias de
69 cloro-álcali do Brasil e garantir o gerenciamento seguro dos resíduos. Ela explicou que o projeto,
70 com um orçamento de 13 milhões de dólares, está conectado ao projeto anterior, que trata das
71 alternativas de destinação final do Mercúrio. O projeto GEF Cloro-Álcali possui duas
72 componentes principais: suporte técnico global para alinhar os procedimentos aos padrões globais
73 de melhores práticas e capacitação nacional para o gerenciamento e monitoramento do processo.
74 Fernanda mencionou que, por ser um projeto de maior porte, há uma etapa de preparação que
75 dura um ano, durante a qual são desenvolvidos estudos preliminares. Após essa fase, o projeto
76 será submetido novamente para aprovação final e implementação em 2026. A agência executora
77 já foi escolhida e estão na fase de assinatura de termos de cooperação. Fernanda destacou a
78 importância dessa etapa preparatória para a implementação bem-sucedida do projeto e convidou
79 os colegas da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (Abiclor) a
80 complementarem com mais informações, colocando-se à disposição para esclarecimentos.
81 Nelson Felipe Junior, da Abiclor, complementou a apresentação de Fernanda Romero, explicando
82 que a Abiclor será o órgão executor do projeto GEF Cloro-Álcali. Ele mencionou que, junto com
83 Airton Andrade, prepararam um cronograma executivo e destacaram o plano de
84 descomissionamento da Unipar, que já foi entregue ao órgão ambiental. Nelson informou que
85 estão realizando reuniões semanais desde janeiro para avaliar a melhor tecnologia para o
86 tratamento do Mercúrio e que já conversaram com Thaiane, Camila e Renato sobre a escolha da
87 empresa responsável. Airton Andrade acrescentou que o período de um ano para planejamento é
88 adequado, pois as plantas estarão em operação até o final do ano, e destacou a importância das
89 reuniões envolvendo todos os entes para entender claramente o funcionamento do projeto. Ele
90 mencionou que estão avaliando tecnicamente as possíveis tecnologias para estabilização do
91 Mercúrio e que a palavra final será da fundação executora. Nelson reforçou a necessidade de uma
92

93 reunião entre os entes o mais breve possível para alinhar os papéis de cada um. Thaianne
94 agradeceu a Nelson e informou que o pedido ainda não chegou, mas destacou que dará prioridade
95 máxima ao projeto.

96
97 A diretora Thaianne Resende passou a palavra para o Secretário Nacional de Meio Ambiente
98 Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, Adalberto Maluf que esclareceu dúvidas
99 sobre a inclusão da sociedade civil nos programas citados. O Secretário destacou a importância
100 da participação da sociedade civil nos programas, enfatizando que o sucesso desses programas
101 depende da existência de espaços de diálogo. Ele mencionou que muitos projetos aprovados
102 recentemente, como o novo projeto do GEF para Mercúrio nas cimenteiras, ainda estão na fase
103 de ouvir todos os atores envolvidos. Adalberto explicou que o objetivo é apresentar as ideias,
104 receber contribuições, aperfeiçoar os projetos e garantir uma estrutura de governança que
105 incorpore sugestões para melhorias. Ele assegurou que haverá oportunidades para todos serem
106 ouvidos e proporem melhorias, inclusive para os formuladores dos programas. Adalberto também
107 mencionou a necessidade de ouvir todos os setores e dialogar nos próximos meses para garantir
108 a execução eficaz dos projetos. Ele ressaltou que, dentro do plano de avaliação da participação do
109 Brasil no cumprimento dos acordos da Convenção de Minamata, o objetivo é resolver as questões
110 de consumo e emissões de Mercúrio em todos os grandes setores, incluindo cimenteiras,
111 mineração artesanal, cloro-álcali e outros. Adalberto enfatizou que esses programas só serão bem-
112 sucedidos se houver um diálogo contínuo e inclusivo, permitindo que todas as partes interessadas
113 contribuam para o desenvolvimento e implementação das iniciativas. Ele destacou que, ao longo
114 dos próximos meses, haverá várias oportunidades para ouvir os setores e garantir que as ações
115 estejam alinhadas com as melhores práticas e necessidades específicas de cada área. Além disso,
116 Adalberto mencionou que o Ministério da Saúde e outros atores também serão envolvidos para
117 abordar questões relacionadas ao uso de Mercúrio em amalgamas dentárias e outras áreas
118 específicas. Ele concluiu afirmando que, com um esforço conjunto e colaborativo, será possível
119 avançar significativamente na gestão ambientalmente correta do Mercúrio no Brasil.

120 121 **6. Área focal do GEF: Produtos químicos e resíduos**

122 Renata Santos Marques, da *United Nations Industrial Development Organization* (UNIDO)
123 explicou que o projeto da área focal do GEF para produtos químicos e resíduos foi programado
124 em quatro componentes principais. O primeiro componente é a capacitação para controle e
125 minimização do gerenciamento do Mercúrio, fortalecendo ferramentas, normas, regulamentações
126 e controle das emissões de Mercúrio. Ela mencionou a necessidade de regulamentações mais
127 robustas, como as da Cetesb em São Paulo, que atualmente só conseguem medir as emissões uma
128 vez por ano. O segundo componente busca apoiar o setor industrial de cimento na identificação
129 das melhores tecnologias disponíveis, tanto no Brasil quanto no exterior, e adaptar essas práticas
130 à realidade brasileira. O terceiro componente envolve o trabalho conjunto com a indústria de
131 cimento para fortalecer um roadmap que visa a redução das emissões de CO₂, promovendo a
132 circularidade econômica e a descarbonização. O quarto componente é a gestão do conhecimento,
133 que inclui treinamento, capacitação e a criação de uma plataforma de troca de informações,
134 tornando o processo transparente e acessível a todos os agentes envolvidos, incluindo sociedade
135 civil, governo e setor privado.

136 Renata destacou a importância da transversalidade de gênero nos projetos do GEF, com uma
137 especialista focada em entender a participação e os impactos do Mercúrio na saúde das mulheres,
138 especialmente em cargos de liderança e na cadeia produtiva de cimento. Ela mencionou que o
139 projeto, com um valor de 12 milhões de dólares, será executado entre o segundo semestre de 2025
140 e 2030. Atualmente, estão trabalhando com três consultores e aguardando a definição da agência
141 executora. O plano de preparação precisa ser submetido para avaliação do GEF até 1º de junho,

142 com a expectativa de iniciar o projeto em setembro de 2025. Renata enfatizou a importância de
143 ouvir todos os setores e garantir que o projeto beneficie comunidades locais e empresas estaduais
144 que controlam as emissões de Mercúrio. Ela concluiu agradecendo a todos e destacando a abertura
145 para contribuições de outras organizações, instituições e sociedade civil.

146 **7. Nova Instrução Normativa - Ibama**

147 Cândida Maria, analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
148 Naturais Renováveis (Ibama), apresentou a nova Instrução Normativa do Ibama, destacando sua
149 estrutura e principais capítulos. Ela explicou que a nova norma é mais abrangente que a anterior,
150 de 2015, que possuía apenas 10 artigos. A nova norma inclui capítulos sobre definições,
151 obrigações e proibições, habilitação, documento de operações com Mercúrio (DOM),
152 procedimentos, sistema informatizado, controle e fiscalização, e processo administrativo.
153 Cândida enfatizou que quem compra Mercúrio deve exigir o DOM do vendedor, que é
154 responsável por solicitar a autorização ao Ibama. O comprador deve portar o DOM durante toda
155 a cadeia de uso do Mercúrio e fornecer suas informações ambientais e básicas ao vendedor, que
156 as repassa ao Ibama. Ela destacou duas proibições importantes: a realização de atividades que
157 exigem inscrição como pessoa jurídica por pessoas físicas e a venda de Mercúrio para pessoas
158 físicas que realizam garimpagem, exceto se licenciadas.

159 Cândida explicou que todos os operadores de Mercúrio devem ser habilitados pelo Ibama,
160 atualizando suas informações regularmente. O DOM é um documento autorizativo personalizado
161 por operação, detalhando as partes envolvidas na transação. O capítulo de procedimentos é o mais
162 extenso, cobrindo importação, exportação, transferência, comércio, venda, compra, destinação de
163 resíduos, recuperação e perda de Mercúrio. Ela mencionou que o Ibama já realiza fiscalizações,
164 agora formalizadas na norma, podendo verificar o cumprimento das regras a qualquer momento.
165 Os anexos da norma incluem modelos de documentos e informações sobre produtos que utilizam
166 Mercúrio, com datas limite para descontinuação. Cândida concluiu a apresentação
167 disponibilizando um link para a norma completa e se colocando à disposição para esclarecer
168 dúvidas.

169 Ela detalhou que a nova norma busca fortalecer as ferramentas de regulamentação e controle das
170 emissões de Mercúrio, incluindo a necessidade de uma regulamentação guarda-chuva e
171 instrumentos específicos para órgãos como a Cetesb em São Paulo. A norma também apoia o
172 setor industrial de cimento na identificação das melhores tecnologias disponíveis e práticas
173 ambientais, adaptando-as à realidade brasileira. Além disso, a gestão do conhecimento é um
174 componente crucial, envolvendo treinamento, capacitação e a criação de uma plataforma de troca
175 de informações para tornar o processo transparente e acessível a todos os agentes envolvidos.

176 Cândida destacou a importância da transversalidade de gênero nos projetos do GEF, com uma
177 especialista focada em entender a participação e os impactos do Mercúrio na saúde das mulheres,
178 especialmente em cargos de liderança e na cadeia produtiva de cimento. Ela mencionou que o
179 projeto, com um valor de 12 milhões de dólares, será executado entre o segundo semestre de 2025
180 e 2030. Atualmente, estão trabalhando com três consultores e aguardando a definição da agência
181 executora. O plano de preparação precisa ser submetido para avaliação do GEF até 1º de junho,
182 com a expectativa de iniciar o projeto em setembro de 2025. Renata enfatizou a importância de
183 ouvir todos os setores e garantir que o projeto beneficie comunidades locais e empresas estaduais
184 que controlam as emissões de Mercúrio. Ela concluiu agradecendo a todos e destacando a abertura
185 para contribuições de outras organizações, instituições e sociedade civil.

186 Mariana Ferreira, do Ministério de Minas e Energia, complementou a apresentação de Cândida,
187 parabenizando-a pelo normativo robusto e bem consolidado. Mariana destacou que, apesar do

188 excelente trabalho, ainda existem possíveis brechas na regulamentação do Mercúrio,
189 especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental, que pode ser feito em diversas
190 camadas da federação, e à autorização do Ibama. Ela mencionou que muitos licenciadores
191 ambientais em âmbito estadual e municipal alegam não ter competência sobre a regulamentação
192 do Mercúrio, o que resulta em uma falta de junção entre as regulamentações. Mariana sugeriu que
193 uma resolução do Conama poderia deixar claro a todos os agentes licenciadores a necessidade de
194 incluir a previsão de operação de utilização do Mercúrio nas licenças ambientais.

195 Ela explicou que, sem essa previsão, não é possível determinar a quantidade de Mercúrio a ser
196 usada, a taxa de recuperação e o balanço de massa. Mariana enfatizou que a instrução normativa
197 reforça a necessidade de resolver essa questão, provavelmente por meio de uma resolução do
198 Conama, para evitar brechas e garantir que o licenciamento ambiental inclua a previsão de
199 operação utilizando Mercúrio. Ela mencionou que atualmente quase não há licenças de garimpo
200 no Ibama, o que torna ainda mais importante a junção das regulamentações. Mariana concluiu
201 afirmado que a normativa atual reforça a necessidade de uma matriz que une o normativo com
202 o licenciamento ambiental, e que o Ministério de Minas e Energia está avaliando a normativa em
203 reuniões para determinar os próximos passos. Ela parabenizou novamente Cândida pelo excelente
204 trabalho e agradeceu a todos.

205 **8. RDC 879/2024 sobre Amálgamas Dentárias**

206 Esta apresentação foi adiada para a próxima reunião do GT Minamata, devido a fatores externos
207 que impossibilitaram que a apresentação fosse realizada. A diretora Thaianne garantiu que
208 entraria em contato com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para verificar o
209 ocorrido.

210

211 **9. Inventário de Emissões e Liberações de Mercúrio**

212 Renato Ferreira, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, apresentou uma
213 atualização sobre o inventário de emissões e liberações de Mercúrio. Ele informou que a equipe
214 está coletando informações necessárias junto às associações e grupos relevantes, mas ainda
215 enfrenta dificuldades para obter dados específicos sobre carvão, gás natural, biomassa, clínicas
216 de cimento, cal, asfalto, incineração e queima de resíduos. Renato destacou que, embora tenham
217 conseguido muitas informações, ainda há lacunas a serem preenchidas. Ele mencionou que estão
218 em contato com associações e participantes do grupo de trabalho (GT) para buscar essas
219 informações. Thaianne Resende perguntou se havia alguma instituição que poderia auxiliar
220 diretamente na obtenção dessas informações, ao que Renato respondeu que, por enquanto, estão
221 entrando em contato com associações e participantes do GT. Thaianne abriu para comentários
222 adicionais sobre o inventário de emissões de Mercúrio, mas não houve questionamentos. Renato
223 concluiu afirmado que a equipe continua trabalhando na produção do inventário e está
224 empenhada em coletar todas as informações necessárias.

225

226 **10. Atualizações Gerais**

227 Mariana Ferreira, do Ministério de Minas e Energia (MME) forneceu uma atualização sobre o
228 projeto "Ouro sem Mercúrio". Ela explicou que o projeto sofreu alguns atrasos devido à entrega
229 tardia de capítulos pelos consultores. O panorama do projeto é extenso, com cada capítulo
230 abordando uma questão específica, o que resultou em atrasos na entrega de alguns capítulos.
231 Mariana mencionou que alguns capítulos já foram recebidos pelo MME e estão em processo de
232 revisão para serem devolvidos aos consultores para correções e adequações. A expectativa é que
233 a minuta do plano e o panorama estejam prontos entre março e maio, apesar dos atrasos, que
234 também incluíram atrasos labororiais nas análises das coletas de campo.

235 Mariana informou que o MME tem reuniões agendadas com os executores do projeto para
236 entender melhor os motivos dos atrasos relatados. Ela espera ter informações mais concretas sobre
237 o cronograma na próxima reunião. Mariana destacou que alguns capítulos já foram recebidos e
238 estão sob revisão no ministério, e que serão retornados aos consultores para finalizar a minuta do
239 plano. O objetivo é desenvolver um seminário de apresentação tanto do panorama quanto do plano
240 de ação.

241 Thaianne Resende perguntou sobre o mecanismo de coordenação do projeto. Mariana explicou
242 que o mecanismo de coordenação ainda está em tratativas internas para avaliar a melhor forma de
243 condução, e que houve algumas modificações nas ideias iniciais. Ela acredita que terão respostas
244 concretas até a próxima semana. Mariana mencionou que houve mudanças no Ministério das
245 Relações Exteriores, o que afetou os contatos relacionados ao projeto, mas que estão se adequando
246 à nova equipe. Ela espera ter boas novidades sobre o mecanismo de coordenação na próxima
247 reunião, incluindo a formulação e avaliação do plano de ação, que será avaliado e aprovado por
248 todos os envolvidos.

249 Mariana concluiu afirmando que o plano de ação será submetido à avaliação de todos os entes
250 envolvidos e que espera ter um cronograma mais definido na próxima reunião. Ela agradeceu a
251 todos e se colocou à disposição para esclarecer dúvidas.

252 Leonardo Rocha, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO),
253 forneceu uma atualização sobre a situação das lâmpadas contendo Mercúrio. Ele começou
254 relembrando o ponto em que o debate havia parado, mencionando que, na época, Marcelo
255 Gadelha, junto com a área de anuência de importação do INMETRO, realizou um levantamento
256 para correlacionar as Nomenclaturas Comuns do Mercosul (NCMs) controladas pelo INMETRO
257 com aquelas impactadas pela Convenção de Minamata. Leonardo explicou que identificaram uma
258 interseção entre as posições tarifárias controladas pelo INMETRO e aquelas não alcançadas pelos
259 regulamentos de eficiência energética e segurança elétrica, mas que ainda eram afetadas pela
260 proibição da Convenção de Minamata.

261 Leonardo mencionou que, durante uma reunião com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
262 dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Departamento de Operações de Comércio
263 Exterior (DECEx), discutiram a necessidade de um ato normativo específico para proibir
264 claramente a importação dessas lâmpadas e reafirmar os prazos, que sofreram alterações. O
265 objetivo era garantir que o INMETRO e o DECEx não autorizassem mais importações de
266 lâmpadas contendo Mercúrio. Ele destacou a complexidade das NCMs, que são códigos amplos
267 usados para identificar produtos na importação e exportação, e que nem todas as lâmpadas com
268 Mercúrio são facilmente identificáveis por esses códigos.

269 Leonardo sugeriu a criação de destaque nas NCMs para especificar textualmente que produtos
270 contendo Mercúrio devem ser enquadrados em códigos específicos, permitindo a parametrização
271 do sistema de controle. Ele alertou que, se o importador omitir a informação de que o produto
272 contém Mercúrio, o controle administrativo do INMETRO não detectará a fraude, que só seria
273 identificada na fiscalização portuária pela Receita Federal. Leonardo enfatizou a necessidade de
274 uma inspeção física na carga para avaliar corretamente se o produto contém Mercúrio e se está
275 enquadrado na NCM correta.

276 Leonardo concluiu afirmando que não sabia exatamente em que ponto a questão estava, mas
277 sugeriu resgatar o assunto e, se necessário, realizar outra reunião com o DECEx para discutir os
278 próximos passos. Ele destacou a importância de resolver essa questão para garantir o

279 cumprimento das regulamentações da Convenção de Minamata e evitar fraudes no processo de
280 importação.

281 Cândida Maria De Oliveira, do IBAMA complementou com informações sobre a reunião com o
282 DECEEx. Camila Boechat explicou que, após a reunião, foi enviado um ofício ao DECEEx
283 solicitando o cancelamento das NTN (Notas Técnicas de Negociação) das lâmpadas que já
284 estavam com prazo vencido. O DECEEx respondeu que o Ministério do Meio Ambiente não era
285 anuente de nenhum produto e que o IBAMA deveria fazer essa consulta.

286 Cândida confirmou que o IBAMA estava com o processo em andamento e realizando uma análise
287 técnica, cotejando a norma da Convenção de Minamata com as NCMs disponíveis. Ela observou
288 que, com os ajustes feitos nos anexos da convenção, algumas lâmpadas foram incluídas que
289 anteriormente não estavam contempladas e que não tinham NCM específica. Cândida explicou
290 que o IBAMA estava analisando essas questões do ponto de vista técnico e que apresentaria os
291 resultados para resolver a situação em conjunto.

292 Ela mencionou que algumas NCMs presentes no texto original da convenção estavam corretas e
293 poderiam ser eliminadas, mas que as novas inclusões apresentavam lacunas que precisavam ser
294 resolvidas. Cândida destacou que o IBAMA estava trabalhando na análise técnica e que, uma vez
295 concluída, apresentaria as soluções para discussão e resolução conjunta. Ela concluiu afirmando
296 que o processo estava em andamento e que continuariam analisando as questões para garantir o
297 cumprimento das regulamentações da Convenção de Minamata.

298 Leonardo Rocha, do INMETRO, complementou a discussão sobre as lâmpadas contendo
299 Mercúrio com uma pergunta e um alerta. Ele destacou a importância de uma avaliação completa
300 e cuidadosa da descrição das NCMs. Leonardo exemplificou que, na Convenção de Minamata,
301 há distinções sobre a quantidade de Mercúrio permitida, mencionando miligramas específicos.
302 Ele alertou que, se a NCM não fizer essa distinção, o importador pode ficar amarrado a uma NCM
303 que não reflete corretamente o conteúdo de Mercúrio, afetando produtos que talvez não estejam
304 cobertos pelo decreto. Leonardo enfatizou que a avaliação deve equilibrar o texto da NCM
305 previsto no sistema com a caracterização do produto na convenção, para evitar controlar produtos
306 que não deveriam ser controlados ou deixar de controlar aqueles que deveriam.

307 Washington Leonardo Guanaes Bonini reforçou a importância dos pontos levantados por
308 Leonardo Rocha, destacando que a NCM é uma descrição de produtos que, especialmente no
309 setor de químicos, pode consolidar uma família inteira de produtos sob um único número. Ele
310 alertou que estratégias baseadas em controle aduaneiro devem considerar ajustes na NCM para
311 individualizar itens que precisam de controle especial. Washington mencionou que é difícil que a
312 NCM faça diferenciações baseadas na composição do produto e que restrições podem acabar
313 afetando um conjunto de produtos diferentes, independentemente da composição. Ele enfatizou a
314 necessidade de cuidado ao usar esse mecanismo para evitar reter produtos que não deveriam ser
315 retidos.

316 **11: Encaminhamentos e Encerramento**

317 Thaianne iniciou os encaminhamentos finais destacando a abrangência do tema Mercúrio e a
318 necessidade de articulação constante entre os diversos atores envolvidos. Ela propôs que, na
319 próxima reunião, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
320 (IBAMA), representado por Cândida Maria De Oliveira apresentasse dados do projeto de
321 monitoramento ambiental de Mercúrio na Terra Indígena Yanomami. Thaianne mencionou que
322 as campanhas já estão sendo realizadas e que seria importante trazer alguns resultados, se
323 possível.

324 Cândida sugeriu conversar com Mariana, gerente de projetos, para verificar a viabilidade de
325 apresentar resultados até maio. Thaianne concordou em articular com Mariana, destacando a
326 importância de preparar-se para a Conferência das Partes (COP) da Convenção de Minamata. Ela
327 mencionou que o projeto piloto de monitoramento ambiental pode fornecer lições aprendidas e
328 dificuldades enfrentadas, ajudando a estruturar propostas para obter mais recursos e expandir o
329 monitoramento para outras terras indígenas.

330 Thaianne propôs que a próxima reunião fosse realizada no dia 27 de maio, explicando que o
331 espaçamento maior se deve à realização da COP BR S e à necessidade de executar projetos para
332 apresentar na próxima reunião. Ela destacou que todos os órgãos estão trabalhando na execução
333 e implementação da Convenção de Minamata e que é importante prestar contas e atualizar os
334 participantes sobre o andamento dos projetos. Thaianne abriu para comentários adicionais,
335 perguntando se havia algo mais que os participantes gostariam de incluir na pauta do grupo de
336 trabalho de Minamata. Não havendo novas sugestões, Thaianne agradeceu a participação de
337 todos, destacando a importância da agenda para o país e desejando um ótimo ano a todos.